



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(Tradução)

Interpeleção Escrita

A abertura, durante 24 horas, do posto fronteiriço entre Zhuhai e Macau teve já lugar no passado dia 18, e a passagem alfandegária cómoda vai impulsionar os residentes de Macau a adquirir habitações e a viver no Interior da China. Entretanto, como a sociedade e o ambiente de vida não são iguais em Macau e no Interior da China, é possível que se registre um crescente aumento de problemas transfronteiriços no âmbito de saúde, alimentação, alojamento e transportes. Pelo exposto, o Governo da RAEM deve reforçar a divulgação das leis e diplomas do Interior da China, estabelecendo mecanismos de comunicação sobre os assuntos cívicos e da vida da população, inovando a mentalidade e criando condições que facilitem a vida transfronteiriça.

No âmbito da aquisição transfronteiriça de imóveis. Prevê-se na lei do Interior da China que o promotor do empreendimento deve obter a “licença para venda da habitação em construção” antes de poder pôr à venda as habitações em construção. Para requerer esta licença, o promotor do empreendimento deve possuir a certidão de uso do solo, a licença para o planeamento das obras de construção, e a calendarização da conclusão da construção das habitações e da sua ocupação, a par de preencher o requisito de os capitais investidos serem superiores a 25% do custo total para o desenvolvimento das obras. É ainda necessário disponibilizar, no momento do



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

requerimento do registo, informações relativas à venda da habitação em construção, incluindo a planta da residência. No caso das habitações para venda no exterior, é indispensável requerer a devida licença, a par de ser necessário indicar na “licença para venda de habitação em construção” a proporção de habitações destinadas a esse efeito. Entretanto, em relação às actividades de promoção da venda em Macau das habitações do Interior da China, é exigido o “registo antecipado” do comprador promitente e o pagamento de um determinado sinal, não obstante tratar-se de habitação em construção. Apesar de o promotor do empreendimento envolvido reconhecer a recepção do montante mediante a emissão de recibo, se os edifícios ficarem com as obras embargadas, os consumidores serão desnecessariamente prejudicados por não terem factura oficial. Pelo exposto, o Governo deve dar importância à regulamentação das actividades de promoção e divulgação da venda em Macau de habitações do exterior, elevando o nível de transparência das informações, no sentido de minimizar os riscos inerentes à aquisição de imóveis.

No âmbito da assistência médica transfronteiriça. Os residentes de Macau dispõem, de forma gratuita, de certos serviços de saúde disponibilizados em Macau, mas o tempo de espera por consulta é longo, a par do cansaço decorrente da passagem alfandegária. Assim, o Governo deve considerar proceder à credenciação de instituições médicas localizadas em Zhuhai para a disponibilização de assistência médica transfronteiriça, a fim de permitir que os residentes de Macau disponham, fora de Macau, de serviços de saúde gratuitos disponibilizados pelo Governo da RAEM.



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

No âmbito dos transportes públicos transfronteiriços. Foi já posta em prática a interconexão entre o *Macau Pass* e o *Lingnan Pass* de Cantão, mas a interconexão com o cartão dos transportes públicos de Zhuhai está ainda por concretizar. Tal concretização é relevante para reforçar a conexão dos transportes públicos de Macau e Zhuhai.

Assim sendo, interpelo o Governo sobre o seguinte:

1. Segundo as informações do Presidente da Comissão Executiva do Conselho de Consumidores (CC), Wong Hon Neng, devido à limitação das competências do CC, as queixas admitidas associadas à forma de venda das habitações pelas empresas mediadoras locais e à aquisição de imóveis no Interior da China são transmitidas ao Instituto de Habitação de Macau e aos serviços de consumidores do Interior da China para o devido tratamento. Na realidade, à semelhança do CC, muitas direcções de serviços de Macau não conseguem, devido à limitação de competências, resolver questões ao nível transfronteiriço, e os residentes não sabem a quem recorrer para pedir ajuda. Perante a crescente tendência de optarem por uma vida transfronteiriça, de que mecanismos dispõe o Governo da RAEM para ajudar os residentes de Macau a resolver os problemas no âmbito da aquisição de imóveis e consumo no Interior da China?
2. Quanto à questão da assistência médica transfronteiriça, na resposta dos Serviços de Saúde a uma interpelação minha, estes referem que esta é uma questão com múltiplos níveis e que vão estudar cuidadosamente a viabilidade da mesma. No que respeita à inovação do sistema de saúde transfronteiriço, o Governo já procedeu ao seu estudo? Qual é a situação



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

concreta?

3. Em 2012, as empresas emissoras dos *Shenzhentung* e do *Octopus* de Hong Kong entraram em colaboração para a emissão de um cartão unitário – Hu Tong Xing, o que facilita bastante as deslocações dos residentes destas duas cidades. Os transportes públicos constituem o principal meio de transporte dos residentes de Macau e Zhuhai, portanto, o Governo deve empregar esforços no impulsionamento da interconexão entre o *Macau Pass* e o cartão dos transportes públicos de Zhuhai. Vai fazê-lo?

29 de Dezembro de 2014.

**O Deputado à Assembleia Legislativa da
Região Administrativa Especial de Macau,
Chan Meng Kam**